5 PREVISÃO DE EVOLUÇÃO NA AUSÊNCIA DE PROJETO

A elaboração de cenários prováveis de evolução da situação atual sem projeto permite estabelecer as bases para a identificação e avaliação dos impactes do projeto, sobretudo na fase de exploração. Importa referir que a consideração da evolução da situação atual sem projeto não obsta a que se perspetive a realização de um vasto conjunto de significativos investimentos públicos na região em análise e na sua envolvente imediata.

Em termos genéricos, no caso do não desenvolvimento do presente projeto ferroviário o tráfego existente e algum acréscimo que venha a ser gerado (de veículos ligeiros e pesados), será escoado pelas vias rodoviárias existentes.

Assim, com o presente capítulo pretende-se dar uma visão, para cada descritor ambiental considerado de como evoluirá a situação existente no caso do não desenvolvimento do projeto em estudo.

- **Clima**

Na ausência de concretização do Projeto prevê-se que em termos climáticos se mantenha a situação atual.

- **Geologia, Geomorfologia e Recursos Naturais**

Na ausência da efetivação do Projeto em estudo, prevê-se, no que respeita à **geologia e geomorfologia**, a manutenção, em geral, da situação atual.

Os impactes de infraestruturas ferroviárias nos descritores Geologia e Geomorfologia devem-se, de um modo geral, à movimentação de terras, que provoca alterações fisiográficas ao nível da modelação do relevo e à afetação de explorações de recursos geológicos, de áreas com contratos de prospeção e pesquisa, de geomonumentos, entre outros. Considerando a ausência de projeto, não se perspetivam alterações a este nível na área em estudo.

- **Solos e Aptidão Agrícola**

Os **solos** existentes resultaram da atuação de processos naturais de formação do solo e no caso específico das áreas de utilização agrícola, também da ação humana, através fertilização orgânica e mineral, rega e drenagem. Por outro lado, o regime da RAN defende os solos de maior potencial produtivo de alterações ao uso que possam reduzir as suas qualidades, pelo que este recurso se encontra protegido.

Na maior parte da área em análise os solos apresentam fraca aptidão para diferentes usos agrícolas, variando entre aptidão baixa a moderada, com exceção das estreitas várzeas das linhas de água, onde os solos são maioritariamente considerados de elevada aptidão e se encontram inseridos na RAN.

Na ausência de projeto é expectável que os solos existentes se mantenham inalterados a curto prazo, incluindo os solos de elevada aptidão agrícola, defendidos pela RAN. No entanto, a médio e longo prazo é expectável que alguns destes solos possam ser destruídos pelo processo de urbanização, especialmente na zona sudeste da área de estudo, na periferia da cidade de Évora.

- **Usos do Solo**

No que respeita aos **Usos do Solo**, maioritariamente agrícolas, perspetiva-se que estes se mantenham inalterados a curto prazo na eventualidade da não construção da linha férrea em análise, não ocorrendo os impactes negativos associados ao projeto, nomeadamente os relacionados com ocupação pela via-férrea dos solos de elevada aptidão agrícola englobados na RAN.

Considerando a dinâmica expansiva na periferia da cidade de Évora, é expectável que os usos do solo sofram algumas alterações significativas a médio/longo prazo, em particular na zona sudeste da área em estudo, devido à pressão da expansão urbana e industrial.

- **Recursos Hídricos Superficiais e Subterrâneos e Qualidade da Água**

No que respeita aos **recursos hídricos**, considera-se que, na ausência de projeto, atendendo à inexistência de alterações ao uso do solo, não se esperam que ocorram alterações no regime de escoamento do meio hídrico subterrâneo e superficial.

Sem a concretização do projeto é expectável a manutenção genérica da rede hidrográfica nos moldes em que esta ocorre atualmente. As linhas de água menos expressivas manterão o seu caudal sazonal.

Há que ter em conta que, sendo a água um fator essencial para o desenvolvimento regional, considera-se que se trata de um recurso estratégico e estruturante, tendo necessariamente que se garantir uma elevada eficiência do seu uso, o que se deve refletir numa opção estratégica de gestão integrada de recursos hídricos.

De qualquer forma, poderá ocorrer um incremento da pressão relacionada com a expansão do regadio e problemas de contaminação agrícola correlacionado.

- **Ruído e Vibrações**

Para além da caracterização do estado do ambiente sonoro das áreas envolventes ao projeto, importa, ainda, estimar a sua evolução para o ano horizonte da nova Ligação Ferroviária entre Évora e Évora Norte (variante de Évora).

As zonas envolventes para o projeto ferroviário em estudo apresentam características de ocupação do solo geralmente determinadas pela existência de diversas herdades, essencialmente dedicadas à exploração agrícola ou agropecuária, com exceção da periferia da cidade de Évora, na zona inicial dos traçados, onde se verifica uma média concentração de usos do solo com sensibilidade ao ruído.

Atendendo às caraterísticas das zonas de implantação dos traçados pode concluir-se:

- Na zona inicial dos traçados, na periferia da cidade de Évora, com média densidade de ocupação humana, com unidades comerciais, servida por uma razoável rede viária. será previsível o seu desenvolvimento urbanístico com novas casas de habitação. Daqui resultarão movimentações de pessoas dentro destas zonas em números médios e crescentes. Deste modo, poderá prever-se uma degradação da qualidade do ambiente sonoro destas áreas resultante do aumento dos níveis de ruído ambiente da ordem dos 1 a 3 dB. Este aumento será resultante do acréscimo do tráfego rodoviário nas vias existentes e a criar.
- As zonas afastadas da cidade de Évora, com características rurais com ambiente sonoro local sossegado, típico de zonas afastadas de fontes sonoras dignas de registo, não é previsível um desenvolvimento particular, de ordem urbanística, turística ou industrial, pelo que no ano horizonte do projeto a qualidade do ambiente sonoro nestas áreas não sofrerá alterações dignas de registo. Não se preveem, deste modo, acréscimos notáveis no ruído ambiente.

Relativamente às vibrações, prevê-se que na ausência do projeto os níveis de ruído associados às vibrações se manterão em valores semelhantes aos existentes atualmente uma vez que não se preveem alterações de ordem urbanística, turística ou industrial que indiciem alterações dignas de registo nas estruturas do solo e sua ocupação.

- **Qualidade do Ar**

Ao nível da **qualidade do ar**, na ausência da implantação da futura ligação ferroviária, tendo em conta o crescimento demográfico e o desenvolvimento socioeconómico da região, prevê-se que haja um aumento do número de fontes emissoras e do tráfego rodoviário.

No entanto, no tráfego rodoviário, a tendência é para haver uma diminuição dos fatores de emissão dos veículos novos, devido à introdução de novas tecnologias na indústria automóvel, que promovem a produção de motores mais eficientes. Este comportamento também é expectável para

as fontes emissoras, tendo em consideração a implementação das melhores técnicas disponíveis nos diversos setores industriais.

- **Gestão de Resíduos**

Na ausencia do projeto, ao nível da gestão de residuos na região onde se desenvolve o projeto não se anteveem alterações à situação atualmente existente.

Na gestão de resíduos urbanos, numa perspetiva de melhor funcionamento da triagem e separação de resíduos poderá prever-se uma redução dos resíduos a conduzir a aterro.

- **Sistemas Biológicos e Biodiversidade**

A região atravessada pela linha de caminho-de-ferro em apreciação, na ausência do projeto, terá uma evolução diferenciada conforme os usos do solo atuais e as opções de política agrícola no contexto Comunitário e nacional.

Tratando-se de uma linha de transporte essencialmente destinada a mercadorias entre locais de concentração (portos, grandes centros de distribuição, etc.), a sua presença ou ausência pouco deverá interferir nas opções que os proprietários venham a fazer relativamente à exploração que venham a fazer dos teus terrenos.

- **Paisagem**

A evolução da paisagem resulta da apropriação do território pelo Homem, pelo que esta se encontra em constante transformação. A sua sustentabilidade e perpetuação depende assim, essencialmente do equilíbrio dinâmico resultante da interação do Homem com o sistema biofísico envolvente.

A área em análise abrange um território fortemente marcado pela presença da cidade de Évora, com uma crescente periferia e uma envolvente que gradualmente adquire as características do território que envolve a capital de distrito, caracterizado por um povoamento disperso, constituído por pequenos aglomerados e montes isolados, onde a ocupação do solo é dominada por culturas arvenses de sequeiro e manchas de montado.

Na ausência de projeto prevê-se que a paisagem na globalidade não sofra grandes alterações. As alterações circunscrevem-se essencialmente à regressão das áreas agrícolas de sequeiro e pastagens, potenciando quando coincidem com zonas de montado à regeneração dos bosques paraclimácicos, mas sobretudo à exponencial expansão da cidade de Évora.

- **Património Arquitetónico e Arqueológico**

Em termos Patrimoniais, a não execução do projeto significará, em relação aos elementos patrimoniais inventariados, a manutenção das suas condições de existência atuais.

- **Ordenamento do Território e de Condicionantes e Componente Social**

Esta seção é comum aos descritores Ordenamento do Território e Componente Social.

Os sistemas socio-territoriais são sistemas complexos, pouco suscetíveis de previsibilidade, sobretudo no médio e longo prazos.

Neste contexto, e considerando ainda os limites temporais e de recursos, inerentes à elaboração de um EIA, aquilo que é exequível fazer é analisar as principais tendências e linhas de força identificadas na caracterização e confrontá-las com as políticas públicas, sobretudo ao nível de incidência regional e local, e as práticas e ações desenvolvidas pelos atores, tentando perspetivar de que modo as resultantes da ação e interação destas 'forças motrizes' poderão concretizar-se no horizonte temporal e traduzir-se à escala do projeto.

Trata-se, portanto, de um exercício de natureza predominantemente qualitativa e cujo horizonte temporal se esgota no curto/médio prazo.

A análise é feita tendo em conta as diversas escalas e é focalizada nos aspetos mais relevantes para a posterior avaliação dos potenciais efeitos do projeto.

Efetua-se, primeiramente, uma síntese dos principais aspetos e dinâmicas identificados no capítulo de caracterização. Num segundo momento apresenta-se uma sintética análise das principais linhas orientadoras das políticas públicas de desenvolvimento regional e local. Finalmente, num terceiro momento, procura-se perspetivar a possível evolução do ambiente afetado, nos parâmetros mais relevantes para a avaliação dos potenciais efeitos do projeto.

- **Principais tendências identificadas**

Efetua-se seguidamente uma síntese das principais tendências identificadas na caracterização, em cada uma das dimensões consideradas (população, território, economia local, qualidade de vida, planeamento, ordenamento do território e desenvolvimento). Importa, porém, ter em conta que estas dimensões são analisadas separadamente apenas por conveniência analítica, uma vez que efetivamente se verificam áreas de sobreposição e dinâmicas de interdeterminação.

- População e território

Constatou-se uma tendência de perda de população na sub-região do Alentejo Central e na região do Alentejo. Como consequência desta tendência verifica-se uma quase generalizada redução das densidades populacionais, já de si historicamente baixas na região Alentejo.

No concelho de Évora, porém, após uma quebra registada nos Censos de 1970, tem vindo a verificar-se crescimento que, no entanto, parece ter estabilizado, entre 2001 e 2011. O 'motor' do crescimento populacional do concelho tem sido a cidade de Évora e a sua periferia cujo crescimento se manteve na década 2001-2011, embora de forma moderada, compensando a perda de população nas freguesias rurais.

À semelhança do que acontece por todo o Alentejo, o centro urbano funciona como 'retaguarda' e espaço de resistência relativamente às perdas acentuadas nos núcleos e áreas rurais. Porém, no caso de Évora, principal polo regional, o centro urbano funciona igualmente como atractor de população de outros concelhos, em função do seu dinamismo económico, diferenciação funcional e localização estratégica.

Daqui parece resultar uma dinâmica de divergência, de difícil reversão, entre centro urbano e áreas rurais, divergência tanto maior quanto mais as áreas rurais se afastam do centro urbano, fragilizando um dos fatores de coesão territorial.

Este fenómeno traduz-se também na área de estudo, embora de forma nem sempre linear, em função da alteração sucessiva do âmbito geográfico das freguesias e pelo facto de algumas incluírem área urbana e área rural. A antiga freguesias de Horta das Figueiras e a freguesia dos Canaviais tiveram crescimento demográfico significativo na década de 2001-2011 (14,7% e 20,5%, respetivamente), enquanto que a freguesia urbana/rural de Senhora da Saúde e a freguesia rural de Nossa Senhora de Machede perderam população (-5,2% e -4,8%, respetivamente)

Verifica-se concomitantemente uma tendência, ainda mais 'pesada', de envelhecimento da população. Trata-se de uma tendência generalizada e mais persistente, resultando, simultaneamente, do aumento da população idosa e da redução da população jovem. Este duplo 'movimento' verifica-se, de forma contínua, desde os Censos de 1950, inclusivamente no concelho de Évora que registou aumento populacional.

Ambas as tendências, de perda de população residente e de envelhecimento, devem, porém, ser enquadradas no contexto nacional (e até internacional e global), sendo comuns a outras regiões do país, não resultando apenas de problemas específicos da região e da área de estudo, mas de tendências mais gerais de litoralização e de concentração nas grandes conglomerações urbanas. Não cabe, porém, nos 'limites' do presente EIA, enveredar por essa análise.

- Atividades económicas e modos de vida

No que respeita às atividades económicas, emprego e modos de vida locais, constatou-se uma tendência de terciarização e de recuo dos sectores secundário e primário.

Os níveis de desemprego mantêm-se persistentemente elevados, embora com tendência para decrescer.

Apesar da tendência de decréscimo, o setor primário continua a manter importância no concelho de Évora, quer do ponto de vista socioeconómico quer da identidade territorial. As principais tendências de evolução neste setor apontam para um aumento das áreas de vinha para vinho, e de manutenção da importância do sistema de montado para a produção de cortiça e a produção animal em regime extensivo.

O setor secundário mantém também uma efetiva importância relativa, assentando sobretudo nas indústrias do subsetor alimentar (vinho, azeite, carne e outros produtos de origem animal) e dos subsetores do material elétrico, produtos metálicos e máquinas e equipamentos.

No que respeita ao tecido empresarial, verifica-se uma tendência (entre 2008 e 2013) de crescimento do número de empresas, volume de negócios e pessoal ao serviço.

A atividade turística apresenta uma tendência efetiva de crescimento, particularmente nos últimos anos (2009 a 2014), com aumento significativo do número de hóspedes, nacionais e estrangeiros, tanto na região e sub-regiões, como, particularmente, no concelho de Évora. Este crescimento tem evoluído em torno da valorização dos recursos endógenos (centro urbano, património cultural e natural, paisagem rural, caça) e sustentado na consolidação da oferta hoteleira tradicional (hotéis e residenciais) em meio urbano, e no crescimento da oferta de alojamento local, turismo de habitação e de turismo em espaço rural. O modelo de desenvolvimento em torno de projetos de grande dimensão, nomeadamente resorts integrados, com componente habitacional, golfe e outras valências, com vários projetos previstos no concelho, um dos quais na área de estudo, não viria a concretizar-se, em função das dificuldades decorrentes da crise económica e financeira.

À escala do projeto, tal como acontece com as dinâmicas demográficas, as dinâmicas territoriais e socioeconómicas são diferenciadas conforme as diversas soluções e à medida que nos afastamos da cidade de Évora.

A Solução 1 desenvolve-se dentro do perímetro urbano da cidade de Évora, nos dois km iniciais, em espaços intersticiais de edificado urbano ou em espaços de expansão urbana para habitação e equipamentos. Após sair do perímetro urbano a Solução 1 coincide com o canal da Linha de Évora, desenvolvendo-se, numa extensão de cerca de 6,5 km, próximo da EN18, numa área rural periurbana, onde se fazem sentir as dinâmicas da Cidade, bem como a influência estruturante da EN18.

A Solução 2 diverge para Leste, desenvolvendo-se no perímetro urbano no troço inicial, em áreas de expansão urbana programada ou ainda não programada (UOPG 1), e em áreas periurbanas onde se tem verificado uma tendência persistente para a ocupação habitacional de baixa densidade, seja em bairros periféricos (Santa Luzia e Santo António), seja nas ‘quintinhas’ (Cotovelos e Quinta do Evaristo). No troço seguinte, com cerca de 2 km, a Solução 2 atravessa

área rural, em propriedades de média ou grande dimensão, tomando depois o canal da Linha de Évora, coincidindo com a Solução 1 até final.

A Solução 3 diverge ainda mais para Leste, desenvolvendo-se igualmente no perímetro urbano no troço inicial, em áreas de expansão urbana programada ou ainda não programada (UOPG 1), e em áreas periurbanas onde se tem verificado uma tendência persistente para a ocupação habitacional de baixa densidade, seja em bairros periféricos (Santa Luzia e Bairro da Caeira), seja de tipo 'quintinhas' (entre o Bairro da Caeira e a Estrada dos Aiados). No troço seguinte, com cerca de 9 km, a Solução 3 atravessa área rural, em propriedades de média ou grande dimensão, onde predomina o montado e as culturas forrageiras, atravessando áreas de caça e uma área onde esteve previsto um grande empreendimento turístico (Herdade da Fonte Boa as Vinhas), tomando o canal da Linha de Évora, apenas nos metros finais. Pontualmente, na área de influência da EN254, a Solução 3 aproxima-se do aglomerado urbano do Degebe.

- Transportes e mobilidade

No que respeita à mobilidade e transportes na área de estudo constatam-se duas tendências de sentido contrário. Uma tendência de evolução da rede rodoviária (nomeadamente com a implementação, ainda não concluída, do Plano Rodoviário Nacional) e concomitante incremento do transporte rodoviário. Um retrocesso na rede ferroviária, com desativação, em 2011, da Linha de Évora entre Évora e Estremoz, e a desativação do Ramal de Reguengos, em 2003.

É precisamente ao nível do transporte ferroviário que se perspetivam alterações de tendência, com uma renovada aposta neste modo de transporte, sobretudo no que concerne ao transporte de mercadorias, mas também relativamente ao transporte de passageiros, de que constitui exemplo o projeto em estudo no presente EIA, bem como a requalificação da Linha de Évora entre Casa Branca e Évora, e a nova Ligação entre Évora Norte e Elas/Caia.

Esta aposta traduz-se, nomeadamente, no contexto do Plano Estratégico de Transportes e Infraestruturas (PETI 3+) 2014-2020. O PETI 3+ estabeleceu 6 eixos de desenvolvimento prioritários para o investimento na rede de transportes. Um desses eixos corresponde ao designado Corredor Internacional Sul. Este corredor liga o arco metropolitano de Lisboa, incluindo os portos de Sines, Setúbal e Lisboa, aeroporto de Lisboa e plataformas logísticas, a Madrid e ao resto da Europa.

Neste corredor, uma das intervenções prioritárias definidas consiste na ligação ferroviária entre os portos de Sines, Lisboa e Setúbal e plataformas logísticas, ao centro da Península Ibérica e ao resto da Europa. Às intervenções a desenvolver no corredor Sines / Setúbal / Lisboa / Évora / Elvas / Caia, a que corresponde um valor de investimento da ordem dos 800 a 1.000 milhões de euros.

- **Políticas públicas de planeamento e desenvolvimento regional**

As políticas públicas com incidência na área de estudo encontram-se, naturalmente, enquadradas nas politicas nacionais, muito condicionadas, por sua vez, por fatores estruturais e conjunturais, e pela inserção no quadro da União Europeia.

No âmbito do presente EIA importa, fundamentalmente, ter em conta o modo como as políticas públicas são traduzidas nas orientações estratégicas constantes dos instrumentos de ordenamento e desenvolvimento regional e local, designadamente no Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo (PROTA) (CCDR Alentejo, 2010), no *Plano de Ação Regional – Alentejo 2020* (PAR) (CCDR Alentejo, 2013), nas medidas operacionais constantes do *Plano Operacional Regional do Alentejo 2014-2020* (PORA) (CCDR Alentejo, 2015) e no PDM de Évora (CME, 2013).

Na sintética análise que se segue privilegia-se o conteúdo do PAR, uma vez que este Plano incorpora as principais orientações constantes do PROT e constitui o quadro de referência para as medidas operacionais apresentadas no PORA. Na área de estudo privilegia-se, naturalmente, o PDM.

O PAR identifica um conjunto de tendências pesadas que constituem importantes constrangimentos estruturais da região e sub-regiões, nomeadamente: "(i) o comportamento recessivo da demografia regional, atingindo limiares de vitalidade endógena preocupantes; (ii) a desvitalização social e económica de importantes aglomerados urbanos e dos territórios de baixa densidade; iii) reduzido dinamismo do tecido empresarial; iv) debilidades dos fatores estruturantes da atração de novos investimentos; e v) desvantagens competitivas face a regiões concorrentes" (CCDR Alentejo, 2013, pp 4-5).

O PAR identifica ainda o desemprego elevado e persistente como uma das tendências negativas.

Considerando as condicionantes e os recursos, o PAR define a seguinte visão estratégica de desenvolvimento: "Um Alentejo com capital simbólico e identidade distintiva, num território dotado de recursos materiais, de conhecimento e competências e de amenidades, aberto para o mundo e capaz de construir uma base económica renovada sobre a sua mais valia ambiental, atraindo residentes, investimentos e atividades geradoras de emprego e coesão social" (idem, p.7).

Esta "visão", consubstancia-se, de uma forma geral, nas seguintes orientações, opções e aspetos:

- Perspetivar o desenvolvimento a partir dos recursos do território, da identidade cultural e patrimonial, das amenidades urbanas, paisagísticas e ambientais, nomeadamente nas suas dimensões distintivas e diferenciadoras, no que respeita à competitividade e atratividade do território;
- Como tal, importa valorizar os ativos do território, permanentes (localização e configuração, património e identidade, recursos naturais, ambiente e paisagem, polos urbanos, pessoas e

organizações) ou adquiridos (rede de estabelecimentos de ensino, centros de formação e investigação, rede de acessibilidades, transporte e logística, tecnologias da informação e comunicação, polos industriais, oferta agrícola para exportação, rede de espaços de turismo residencial, rede de equipamentos sociais e de saúde), bem como o conhecimento e as competências das pessoas e das organizações;

- Afirmar uma estratégia para a atração de investimento e de desenvolvimento empresarial, numa perspetiva de internacionalização, aproveitando o posicionamento geoeconómico da região, as infraestruturas de acolhimento empresarial, de logística e a conectividade internacional.

Com base nesta estratégia pretende-se aumentar a competitividade da região, atrair investimento, promover o desenvolvimento económico, e atrair novos residentes, fatores de que se espera venha a resultar uma maior sustentabilidade e coesão territorial e social.

Neste contexto, o PAR define diversas prioridades de intervenção para a definição e seleção de ações a contemplar no Programa Operacional, a que correspondem diversas ”iniciativas-âncora”, conforme indicado no quadro seguinte.

Quadro 5.1 - Plano de Ação Regional – Alentejo 2020: Prioridades de Intervenção e Iniciativas-Âncora

Prioridades de intervenção regional no horizonte 2020	Iniciativas-âncora
1. Consolidação do Sistema Regional de Inovação e Competências	1. Sistema Regional de Inovação
2. Qualificação e internacionalização de Ativos do Território – Acessibilidades, Conectividades e Infraestruturas Económicas	2. Qualificação e Promoção de Infraestruturas Económicas e de Suporte Logístico
3. Renovação da Base Económica sobre os Recursos Naturais e a Excelência Ambiental e Patrimonial da Região	3. Economia do Mar
	4. Agricultura de Regadio
	5. Plataforma Logística Alimentar
	6. Turismo Alentejo e Ribatejo
	7. Património e Cultura
	8. Economia Verde
4. Qualificação do Território: Redes de Suporte e Novas Dinâmicas Territoriais	9. Áreas Protegidas
	10. Desenvolvimento dos Territórios de Baixa Densidade
	11. Sistema Urbano Policêntrico
5. Qualificações, Empregabilidade e Coesão Social	12. Pacto Regional para a Qualificação, o Emprego e Inclusão Social
	13. Economia Social

Fonte: CCDR Alentejo, 2013

Para as diversas iniciativas-âncora o PAR define vários objetivos. Do conjunto de iniciativas e objetivos destaca-se, seguidamente, aqueles que, em função da natureza do projeto em análise no presente EIA e das características do território atravessado, surgem mais relevantes.

- Qualificação e promoção de infraestruturas económicas e de suporte logístico
- Rentabilização e dinamização das infraestruturas económicas existentes (parque industriais, plataformas logísticas, entre outras).
- Coordenação estratégica das infraestruturas de transporte existentes na Região (Porto de Sines, aeroporto de Beja, aeródromos, e principais infraestruturas rodoviárias e ferroviárias).

Neste âmbito o PAR aponta como objetivo a finalização de infraestruturas e interfaces de conectividade internacional, nomeadamente a necessidade de garantir a construção das novas ligações ferroviárias Sines-Grândola Norte – Variante de Alcácer do Sal e Évora – Caia.

- Agricultura de regadio e Plataforma Logística Agroalimentar

  – Os aproveitamentos hidroagrícolas da região apresentam um potencial elevado de crescimento agrícola e agroindustrial, como é o caso de Alqueva, nomeadamente ao nível da modernização e expansão da fileira do olival/azeite, da cultura do milho, da introdução de novas culturas temporárias e da produção hortofrutícola. O desenvolvimento e modernização destes empreendimentos, no sentido da introdução de novas tecnologias e novos produtos é, portanto, fundamental para promover a alteração do modelo agrícola regional, traduzindo-se em maior inovação, produtividade, e capacidade exportadora e, consequentemente, em maior rentabilidade para as explorações.

  – Em complemento desta "nova ruralidade competitiva, fruto das agriculturas intensivas de regadio" deve constituir objetivo estratégico o incentivo à estruturação de uma base agroindustrial regional, no sentido do aparecimento de agroindústrias e de plataformas comerciais e de logística associadas aos perímetros de rega.

  – Desenvolvimento agrícola e agroindustrial, baseado no aumento da competitividade, criação de valor, emprego, e capacidade exportadora são, portanto, os grandes objetivos decorrentes do potencial de desenvolvimento dos aproveitamentos hidroagrícolas.

  – Neste contexto, o PAR preconiza a criação de uma Plataforma Logística Agroalimentar na área de influência de Alqueva, considerada como um fator de captação de investimento local e externo e um polo dinamizador das atividades agrícola e agroalimentar e de outras atividades não agrícolas complementares.

- Turismo

  – O PAR integra neste ponto a visão estratégica da Entidade Regional de Turismo para o horizonte 2020, perspetivando o Alentejo como "Um destino turístico a chegar à fase de maturidade, certificado e mais competitivo, com um posicionamento assente nos valores identitários da Região, os quais são reconhecidos internacionalmente".

  – Trata-se, portanto, de uma estratégia apoiada na qualificação e valorização dos recursos endógenos e nos fatores identitários da Região, em que as prioridades de intervenção assentam na requalificação de produtos turísticos como o turismo de natureza, touring/cultural, gastronomia e vinhos, entre outros, na requalificação urbana e valorização do espaço rural.

- Património e cultura

  – O património e a criação cultural e artística constituem importantes fatores identitários e diferenciadores da região pelo que a sua preservação e valorização são fundamentais, não apenas para o reforço dessa identidade como também para a atratividade da região e a dinamização de oportunidades económicas.

- O património inclui o património cultural urbano-monumental, etnográfico, artístico e o património 'natural' no qual se inclui o sistema agro-pastoril do montado de sobro, cuja candidatura a Património da Humanidade está em preparação.

- Economia verde

  - O PAR afirma o objetivo de afirmação da excelência ambiental, referindo que a gestão do sistema ambiental pode constituir uma das componentes da estratégia de especialização inteligente da região.

  - Destaca-se aqui a importância atribuída ao montado, enquanto sistema agro-silvo-pastoril complexo e único, e o uso multifuncional que proporciona, perspetivando-se a sua conservação e valorização como sistema de alto valor natural que suporta um conjunto diversificado de bens e serviços, e a preservação da identidade regional.

- Desenvolvimento dos territórios de baixa densidade

  - O PAR refere que a valorização económica e social é indispensável ao revigoramento das zonas rurais e que essa valorização deve conjugar potencialidades locais com atividades tradicionais e novas atividades económicas com menor ligação com a atividade agrícola regional, porque são estas últimas que podem contribuir para a viabilização futura das localidades rurais.

  - Por forma a dar condições aos pequenos centros para que possam afirmar-se como polos de dinamização socioeconómica, o PAR preconiza que as políticas públicas com incidência na valorização socioeconómica do espaço rural devem incidir preferencialmente, sobre a fixação das pessoas no território, a dinamização das atividades económicas e a dinamização do emprego.

- Sistema urbano policêntrico

  - Neste ponto o PAR remete para a consolidação do Sistema Urbano Regional assente na rede estruturada definida no PROTA distinguindo entre Centros Urbanos Regionais (onde se destaca Évora), Centros Urbanos Estruturantes e Centros Urbanos Complementares. Esta 'hierarquia' traduz diferentes dinâmicas de concentração de população residente, de dinamismo económico, de oferta de equipamentos e serviços e de diferenciação funcional.

  - Segundo o PROTA, os Centros Urbanos Regionais devem afirmar-se como polos nucleares de desenvolvimento, competitividade e coesão regional, competindo-lhes liderar os processos de inovação e de inclusão social, nomeadamente desenvolvendo redes de articulação entre si e com os outros centros, por forma a contribuir para uma forte coesão do conjunto urbano.

  - O desenvolvimento e qualificação das redes de acessibilidades e mobilidade desempenham um papel fundamental nesta articulação.

  - Quanto aos pequenos centros urbanos, sedes de concelho, que integram o terceiro nível da hierarquia – os Centros Urbanos Complementares – o PROTA refere-os como fundamentais

para a sustentação dos territórios de baixa densidade e para a afirmação das relações urbano-rurais.

– A consolidação deste sistema é considerada fundamental para a sustentabilidade e dinamismo económico da Região. No entanto, esta consolidação tem que ser virtuosa, nomeadamente para os centros de menor dimensão, sem o que se corre o risco de acentuar a diferenciação hierárquica e a divergência entre os diversos níveis, colocando em causa a coesão territorial e social.

- **Perspetivas de evolução**
- Escalas regional, sub-regional e concelhia

As tendências e 'forças motrizes' identificadas anteriormente proporcionam alguns elementos para perspetivar, tentativa e aproximativamente, algumas possibilidades de evolução futura.

As tendências negativas mais 'pesadas' – perda de população residente e, particularmente, de duplo envelhecimento da população – são de difícil reversão, uma vez que assentam em fatores estruturais e sistémicos que, em grande medida, escapam ao alcance das políticas de desenvolvimento regional e local. É provável, portanto, que se mantenham.

Ao contrário da tendência de envelhecimento, a tendência de perda de população não é, porém, generalizada e não ocorre de forma homogénea. Faz-se sentir mais acentuadamente nos territórios de baixa densidade e nos centros urbanos de menor dimensão, enquanto que nos centros urbanos de maior dimensão se verifica uma tendência contrária de crescimento ou estabilização da população.

É provável que esta divergência continue a acentuar-se. As políticas de desenvolvimento dos principais centros urbanos e de reforço da sua capacidade polarizadora, no sentido de constituição de uma rede urbana estruturante do desenvolvimento do território, dificilmente poderá deixar de traduzir-se, no curto e médio prazo, no acentuar da divergência, ao nível da diversidade funcional, da estrutura e desenvolvimento socioeconómico, e, concomitantemente, ao nível da população residente. A questão da coesão territorial tenderá a permanecer, portanto, como problema.

Como problema tenderá também a permanecer a questão da coesão social. A persistência de níveis de desemprego elevados, de níveis baixos de formação e escolaridade, de baixos rendimentos de ativos e pensionistas, de aumento da população idosa, são fatores que, sobretudo se associados, configuram riscos e problemas de exclusão das camadas mais vulneráveis da população.

Importa, por outro lado, evidenciar as tendências de evolução das áreas e setores mais consolidados e com dinâmicas de crescimento.

É o caso do turismo cujo crescimento é previsível que continue a verificar-se, estruturado em torno de um modelo assente na valorização dos recursos endógenos e da identidade cultural, do território e da paisagem. Quanto ao modelo assente nos empreendimentos turísticos de grande dimensão, com forte componente residencial e implicando grande mobilização de capitais, não é possível determinar se, no curto e médio prazo, poderão vir a reverter-se os constrangimentos económicos e financeiros que bloquearam a sua concretização.

No setor da agricultura e agroindústria destacam-se, a nível regional, as fileiras da vinha e do vinho, do olival e do azeite, e as culturas de regadio.

É também previsível que a importância do sistema de montado permaneça, enquanto fator estruturador da paisagem e da identidade local, e em função da sua importância ecológica, multifuncionalidade socioeconómica (cortiça, pastagem, pecuária em regime extensivo, turismo rural) e estatuto de proteção do sobreiro e da azinheira.

Relativamente à rede urbana, e não obstante os potenciais riscos anteriormente referidos no que respeita à coesão territorial, o reforço da importância dos principais centros urbanos, nomeadamente Évora, constitui uma tendência de grande relevância para a consolidação da estrutura económica, a criação de emprego, a qualidade, diversificação e diferenciação dos equipamentos sociais, sendo também expectáveis dinâmicas de qualificação urbanística e aumento da qualidade de vida urbana.

No capítulo da rede de acessibilidades, transportes e mobilidade não é previsível um desenvolvimento significativo da rede rodoviária, para além da qualificação das vias existentes e eventual completamento de alguns troços previstos no Plano Rodoviário Nacional, como é o caso do IP2, entre Évora (A6) e São Manços.

É no âmbito da rede ferroviária que é previsível uma inversão da tendência de retrocesso verificada nas últimas décadas, inversão para a qual contribui com efetiva relevância o projeto em estudo no presente EIA.

Na ausência deste projeto, a aposta no corredor ferroviário entre Sines e a fronteira do Caia fica comprometida, com consequências negativas na competitividade do porto de Sines, e reflexos negativos na consolidação de centros urbanos de importância regional, como Évora.

- Escala de projeto

O projeto em estudo tem uma extensão relativamente curta (entre 8,55 km e 10,89 km, conforme as soluções), desenvolvendo-se no perímetro urbano da cidade de Évora ou na sua periferia ‘rurbana’ ou rural. Num território com estas características, combinam-se muitas das tendências gerais anteriormente enunciadas com tendência específicas de desenvolvimento da Cidade e da sua periferia.

Esta combinação expressa-se nas estratégias e orientações de ordenamento e desenvolvimento definidas no PDM de Évora. Resumindo os aspetos já analisados no capítulo de caracterização da situação existente, as principais linhas são indicadas seguidamente.

O PDM define um modelo de ordenamento assente em quatro grandes opções estratégicas de *ordenamento* territorial, a que correspondem outras tantas opções estratégias de *desenvolvimento* territorial.

As quatro opções estratégicas de ordenamento são as seguintes:

- Afirmar Évora enquanto polo estruturante do território regional;
- Estimular novas centralidades na cidade;
- Consolidar a rede de aglomerados rurais do concelho;
- Valorizar o espaço rural do concelho.

As quatro opções estratégicas de desenvolvimento são as seguintes:

- Potenciar os recursos ambientais e patrimoniais;
- Robustecer a base económica;
- Promover a qualidade de vida;
- Reforçar as condições de mobilidade.

Da articulação entre estas opções resultam orientações de ordenamento e respetiva definição e regulação do uso dos solos. Refere-se de seguida, de forma resumida, aquelas que têm incidência na zona Leste da cidade e envolvente, na qual se inserem as soluções de projeto em estudo.

<u>Área urbana e periurbana</u>

Em coerência com modelo preconizado para toda a Cidade, o PDM preconiza para a faixa Leste da Cidade e periferia um conjunto de orientações tendentes a solucionar ou mitigar problemas e dinâmicas menos positivas de evolução urbana e a perspetivar o futuro.

Pretende-se, designadamente:

- Aumentar a oferta de solo urbanizável, como forma de:
  - Assegurar a expansão natural da cidade;
  - Evitar ou mitigar o inflacionamento dos preços dos terrenos em solo edificável;
  - Oferecer alternativa à procura de terrenos para habitação unifamiliar nos bairros periféricos e ‘quintinhas’ por forma a contrariar a pressão para construção dispersa na área envolvente da cidade e a conter a edificação periurbana;

- Requalificação urbanística da cidade extramuros, estabelecendo elos de continuidade com os bairros periféricos e colmatando áreas intersticiais de forma qualificada;
- Estruturar centralidades emergentes, em articulação com o núcleo histórico, desenvolvendo funções de nível hierárquico superior, potenciando o desenvolvimento de atividades económicas e de afirmação da cidade, no caso concreto, a zona prevista para a Expo Évora;
- Promover uma frente urbana adjacente à Expo Évora (UOPG 1), predominantemente habitacional, por forma a estruturar a nova centralidade associada à Expo, e integrar as periferias do Bairro de Santa Luzia e dos Cotovelos;
- Conferir coerência à expansão urbana e à interligação funcional e à mobilidade entre cidade, periferias e novas centralidades, promovendo uma via circular estruturante, na faixa nascente da cidade.

Relativamente à versão anterior do PDM, estes aspetos traduzem-se no alargamento do perímetro urbano, nomeadamente integrando a nova área da UOPG 1.

Área rural

Relativamente à área rural, o PDM estabelece as seguintes orientações, numa perspetiva integrada e sustentável de ordenamento do território:

- Valorização do solo rural, enquanto recurso ativo para o desenvolvimento local, traduzindo-se quer no aproveitamento das potencialidades específicas (agrícolas, silvícola, turísticas) quer na preservação dos recursos naturais, nomeadamente os solos e as reservas de água;
- Promover a preservação dos solos com maior aptidão agrícola e/ou maior significado biofísico no equilíbrio ambiental;
- Limitar a edificação desordenada em espaço rural.

A concretizarem-se estas orientações, as tendências de evolução configuram, portanto, uma expansão da cidade na zona Leste, 'absorvendo' o troço inicial das diversas soluções, e em particular da Solução 1, quer como processo de expansão natural, quer com o objetivo de preenchimento de espaços intersticiais e de qualificação e requalificação urbana quer na sequência de iniciativas de desenvolvimento de novas centralidades e de afirmação da Cidade no espaço regional (Expo Évora e UOPG 1).

Na área periurbana a tendência será para a contenção do crescimento urbano nos Bairros Periféricos e nas 'quintinhas'.

Nas áreas rurais a tendência será a de conservação e valorização do solo rural, quer no que respeita aos fatores de desenvolvimento local (agrícolas, silvícolas, turísticos), quer na preservação dos recursos naturais.

O modelo de desenvolvimento turístico baseado nos recursos endógenos tem expressão particular na cidade de Évora, com repercussões na envolvente do projeto, em unidades de turismo em espaço rural e alojamento local, sendo previsível a continuação do seu desenvolvimento. O modelo, 'bloqueado', em torno de grandes resorts também tem expressão na área do projeto (Herdade da Fonte Boa das Vinhas). Num contexto de incerteza no que respeita à evolução da conjuntura económica e financeira, não é possível prever se a implementação deste tipo projetos turísticos de grande dimensão, poderá vir a ter condições de ser reativada.

Em suma, a implementação do projeto no território irá interferir, em maior ou menor grau e de forma positiva ou negativa, com todas as dinâmicas descritas anteriormente, pelo que, tratando-se ademais de um projeto público, lhe cabe uma responsabilidade social e ambiental particularmente relevante, designadamente na configuração e concretização dessa intervenção e na gestão dos seus efeitos.